

Economia Solidária: economia de fronteira?

Solidarity Economy: A border economy?

Maria Izabel Machado¹

izabelpjmp@gmail.com

Resumo. Nas últimas décadas, assiste-se à emergência de movimentos sociais de naturezas múltiplas, entre eles os grupos ligados à Economia Solidária. Originados, em geral, como resposta imediata a crises econômicas, esses grupos têm pautado relações econômicas diversas em relação à lógica mercantil hegemônica, além de estabelecer padrões de sociabilidade que pretendem ultrapassar o individualismo negativo e ostracismo. Contudo, além dos desafios impostos cotidianamente aos grupos, relativos à autogestão, sustentabilidade e permanência, impõem-se também desafios analíticos. O paradigma teórico-epistemológico moderno centrado em critérios clássicos de cientificidade tem se mostrado limitado em relação às interseccionalidades da desigualdade, por exemplo, mostrando-se insuficiente para abarcar a complexidade das experiências. O que propomos, portanto, são apontamentos no sentido de buscar caminhos analíticos capazes de superar binarismos excludentes. As reflexões propostas partem de dados empíricos coletados a partir de entrevistas e observação participante junto a um Clube de Trocas na região metropolitana de Curitiba, experiência que colocou em evidência a imbricação e sobreposição de fatores como classe, etnicidade e gênero como operadores múltiplos da desigualdade.

Palavras-chave: Economia Solidária, epistemologia, gênero, mulheres.

Abstract. In recent decades we are witnessing the emergence of social movements of multiple nature, including groups linked to the Solidarity Economy. Originated in general as an immediate response to economic crises, these groups have adopted economic relations that are different from those of the hegemonic market logic and established patterns of sociability intended to overcome the negative individualism and ostracism. However, in addition to the daily challenges of the groups in terms of self-management, sustainability and permanence, they also face analytical challenges. The modern theoretical-epistemological paradigm centered on classic scientific criteria has proved to be limited in considering the intersectionalities of inequality, for example, and is insufficient to encompass the complexity of the experiments. What we propose, therefore, are notes in the search for analytical paths able to overcome exclusionary binarisms. These reflections are based on empirical data collected from interviews and participant observation at an Exchange Club located in the metropolitan region of Curitiba. This experience has highlighted the intertwining and overlapping of factors such as class, ethnicity and gender as multiple inequality operators.

Keywords: Solidarity Economy, epistemology, gender, women.

¹ Universidade Federal do Paraná. Rua General Carneiro, 460, 9º andar, Ed. D. Pedro I, 80060-150, Curitiba, PR, Brasil.

Introdução

O presente artigo pretende apresentar algumas possibilidades de caminhos teórico-epistemológicos acerca de estudos sobre Economia Solidária e seus agentes a partir de questões suscitadas no escopo de pesquisas empíricas realizadas junto a um Clube de Trocas (CEFURIA, 2013). Entre outros questionamentos nos perguntamos a respeito do atual papel da Economia Solidária e os desafios teórico-políticos implicados na compreensão de seus impactos.

As leituras atuais dos empreendimentos solidários tendem a polarizar os debates: de um lado, a crítica filiada a uma tradição marxista clássica que enxerga nessas iniciativas um elemento de desmobilização dos trabalhadores frente ao capital; de outro, posturas de certa forma ingênuas em relação aos efetivos impactos dos empreendimentos na superação da pobreza.

O caminho que propomos não tem como foco responder às questões quanto ao sujeito da revolução na atual fase do capitalismo, por considerarmos que em tempos de emergência de sujeitos e discursos múltiplos não caberia tratarmos das mudanças sociais a partir de um único sujeito revolucionário para um modelo igualmente único e universalizante de revolução. A emergência de vozes dissonantes assistida desde a década de 1960 exige outro acervo conceitual e epistemológico capaz de dar visibilidade a esses novos sujeitos e às múltiplas microevoluções em curso na atualidade.

Entre as questões suscitadas ao longo da pesquisa, nós nos perguntávamos sobre os sentidos atribuídos às relações econômicas diferentes do padrão mercadológico neoliberal, o que se buscava no grupo uma vez que, dado o padrão de trocas e seu baixo valor monetário, o lucro sequer poderia ser cogitado. Ao colocarmos essa questão, nos deparamos com padrões de sociabilidade sendo construídos que apontavam para redes de proteção estabelecidas a partir do Clube de Trocas, tema desenvolvido na dissertação.

Ao nos perguntarmos sobre outros sentidos construídos para a economia no âmbito do Clube de Trocas o que assistimos emergir foram outros significados para as relações dentro e fora do grupo, especialmente na resignificação das mulheres de seu papel junto ao grupo, à família, à comunidade, e, sobretudo a resignificação de suas trajetórias e identidades.

Contudo, não obstante assistamos à emergência de novos padrões de sociabilidade

neste e em outros grupos, os avanços obtidos são ofuscados perante o *status* adquirido pela Economia Solidária frente a outros Movimentos Sociais e pelos Clubes de Trocas frente aos demais empreendimentos solidários.

Esse ponto de tensão conduziu a reflexão acerca do lugar da Economia Solidária junto aos movimentos sociais e do lugar dos Clubes de Troca em meio aos demais empreendimentos, mas, sobretudo, do lugar destas iniciativas na produção teórica como um importante espaço na articulação de conceitos como trabalho, gênero e emancipação. O pano de fundo sobre o qual se inscreve essa reflexão é a imbricação entre a pouca relevância dada aos Clubes de Troca e sua participação majoritariamente feminina. Mais que isso, questiona-se a maneira como se constroem as classificações do que é trabalho, o *status* do que é considerado trabalho feminino e os impactos dessas representações sobre a identidade das mulheres.

Como já mencionado, as reflexões que seguem são apontamentos, pistas das possibilidades epistemológicas que se descortinam diante da complexidade do tema e das múltiplas tensões do fazer científico na atualidade. Partimos, na primeira seção, de uma breve contextualização da Economia Solidária e do Clube de Trocas Nova Semente, grupo observado de forma mais detida. Além dessa contextualização, foram acrescentadas algumas problematizações acerca dos conteúdos produzidos sobre Economia Solidária e que a produzem. Na segunda seção, percorremos parte de um itinerário proposto por autores como Rita Felski e Boaventura de Sousa Santos, que nos conduzem a uma revisão do moderno e suas implicações teóricas e políticas. A terceira e última seção aponta a fronteira como *locus* político e epistemológico.

Economia Solidária e seus conteúdos

As múltiplas leituras em curso acerca do papel da Economia Solidária em parte refletem a própria trajetória do movimento. Os empreendimentos surgem, de maneira geral, da necessidade material de seus integrantes, para sanar um problema imediato; a maioria nem mesmo chega a estabelecer vínculos ou relações com outros grupos ou movimentos sociais. Se, por um lado, esse espontaneísmo inibe a instrumentalização dos grupos, por outro os fragiliza na medida em que, sanado o problema imediato, os grupos correm o risco de se diluírem desmobilizando seus agentes.

Nesse sentido, mesmo que de forma velada, assiste-se a certa hierarquização dos empreendimentos ditos solidários, em que ocupam a dianteira as Cooperativas de Crédito e de Produção Agrícola, tendo como critério básico o potencial econômico e o alcance das iniciativas em relação ao número de famílias atingidas, e, no extremo oposto, estariam os Clubes de Troca, centrados na troca de produtos e não em sua produção.

A visibilização em função de seu porte, somada à formalização, situação em que se encontram as cooperativas citadas, habilitam os grupos e seus membros a acessar concorrências públicas, programas governamentais, parcerias com universidades e o setor privado. Possibilidades distantes dos Clubes de Troca, por exemplo, que contam em média com 20 participantes quase que exclusivamente mulheres, sem registro formal ou mesmo local fixo para os encontros, e o *mais grave*: são grupos que “não produzem” bens, apenas trocam.

Estabelecer um *ranking* dessas iniciativas, particularmente a partir desses critérios, reproduz em menor escala o que o mercado de orientação neoliberal já vem fazendo há algumas décadas: excluir as iniciativas de base popular, chefiadas por mulheres e que não “produzem” bens econômicos.

Ainda que assistamos à multiplicação dos estudos sobre essas iniciativas, grande parte das análises gravita em torno de um mesmo eixo: pode a Economia Solidária fazer frente ao modelo capitalista neoliberal? Longe de minimizar esse debate, o que propomos é um percurso analítico menos universalizante, considerando especialmente a perspectiva empírica que nos permitiu aproximações com o campo e suas tensões. Embora não nos detenhamos sobre o possível potencial de enfrentamento ao modelo econômico hegemônico, perguntamo-nos sobre o caráter emancipatório da Economia Solidária a partir de seus agentes.

Nesse sentido, os Clubes de Troca apresentam-se como iniciativas promissoras do ponto de vista analítico. Ainda que não se enquadrem nos critérios de relevância econômica, estão presentes em diversas regiões do país agregando setores da população que, em muitos casos, participam dos dados oficiais apenas na condição de beneficiários de programas assistenciais.

As reflexões propostas partem de dados empíricos coletados junto ao Clube de Trocas Nova Semente, localizado no município de Almirante Tamandaré, região metropolitana de

Curitiba, durante 2008, para estudos monográficos, e de forma mais aprofundada de 2010 a 2011 para realização de trabalho dissertativo. De acordo com o *Atlas da Economia Solidária no Brasil* (ANTEAG, 2009), a Economia Solidária compreende um conjunto de atividades econômicas organizadas e executadas por trabalhadores e trabalhadoras de forma solidária e autogestionada. As ações são de amplo espectro e vão desde grupos informais como Associações de Mães e Clubes de Troca a grupos formalizados como Cooperativas de Produção ou Crédito. Entre os critérios para que o empreendimento seja considerado solidário está a organização coletiva suprafamiliar com gestão coletiva de suas atividades e distribuição equitativa dos resultados. Segundo o *Atlas*, foram mapeados 21.859 empreendimentos solidários em 2.933 municípios do Brasil (53% dos municípios brasileiros), concentrados majoritariamente na região nordeste do país. Entre esses empreendimentos predominam as Associações, sendo que 48% atuam exclusivamente nas áreas rurais, 35% nas áreas urbanas e 17% em ambas.

A década de 1990 é marcada pelo surgimento dos empreendimentos motivados especialmente pelo contexto econômico latino-americano. No Brasil, os grupos chamados informais apresentaram taxa de crescimento acentuada em relação aos demais, como associações e cooperativas.

Em número de participantes, os empreendimentos ultrapassam a marca de 1 milhão e 600 mil. Um dos dados mais interessantes apontados pelo *Atlas* é sobre a participação de homens e mulheres. Em números relativos, a participação masculina é de 63%, sobressaindo na região sul, onde a prevalência é de 69% de homens.

Os dados, porém, devem ser analisados de maneira contextual, relacionando informações quanto ao tipo e ao porte do empreendimento. O número de homens é maior nos empreendimentos maiores, cooperativas e associações. Já nos grupos informais, com média de 20 participantes, as mulheres destacam-se como maioria. Além disso, outras pesquisas (Machado, 2009) reforçam a expressiva participação feminina, especialmente nos empreendimentos de pequeno porte.

Entre os grupos informais, destacam-se, desde a década de 90 na Argentina e a partir do ano 2000 no Brasil, os chamados Clubes de Troca. Em resposta à recessão econômica e com a baixa circulação de moeda, alguns

grupos argentinos se organizaram para trocar produtos e serviços utilizando troca direta (produto por produto) e moeda social (moeda utilizada para intermediar as trocas em substituição ao dinheiro).

Desde este contexto mais geral, focamos nos dados referentes aos Clubes de Troca no Paraná (Carneiro e Bez, 2011) que traçam um perfil dos grupos e suas atividades, destacando a massiva participação das mulheres. Iniciados em Curitiba a partir de 2001, reuniram mulheres que faziam parte principalmente das listas de assistência social de algumas paróquias da cidade. Os primeiros movimentos de formação dos grupos deram-se pela busca de cestas básicas distribuídas por algumas igrejas a famílias carentes. O caráter assistencialista e paliativo dessa medida motivou a organização de grupos com o objetivo de gerar formas alternativas e menos dependentes de complementação de renda para o sustento das famílias.

Com variações no número de participantes e mesmo na quantidade de grupos, há alguns elementos recorrentes: o perfil das participantes é de mulheres acima de 35 anos, com pouca ou nenhuma escolaridade, sem colocação no mercado formal de trabalho. Contribuem para a composição da renda familiar ocupando-se em trabalhos esporádicos como diaristas, cuidadoras de idosos e/ou crianças, ou ainda com panfletagens, ocupação sazonal desenvolvida especialmente em períodos eleitorais.

O grupo Nova Semente, estudado de forma mais detida, foi criado em 2007 e assim como outros grupos passou por momentos de esvaziamento e interrupção das atividades, mas manteve um núcleo constante de aproximadamente seis participantes desde sua fundação, chegando a 25 membros com participação flutuante.

Mesmo nos períodos de maior adesão ao grupo, a participação masculina foi residual, de apenas dois homens. Entre as mulheres, a faixa etária concentrou-se em torno dos 40 anos, a maioria delas sem ocupação no mercado formal de trabalho. Durante o período mais intenso de observação, apenas uma das participantes estava empregada formalmente. Uma estava aposentada por problemas de saúde e as demais se ocupavam dos cuidados domésticos, tomando conta de netos sem vagas em creches ou ainda trabalhando como empregadas domésticas diaristas.

Do ponto de vista do funcionamento, o grupo segue uma espécie de base comum a todos os grupos: os encontros são periódicos,

nesse caso quinzenais. Há um estatuto estabelecendo regras internas e uma coordenação rotativa. De tempos em tempos, um grupo de quatro pessoas é escolhido entre os participantes para animar os trabalhos e representar o grupo em atividades externas.

A dinâmica de realização dos encontros também segue uma espécie de roteiro. Na chegada, todos apresentam a um membro do grupo os objetos trazidos para a troca, recebem certa quantidade de moeda referente ao que trouxeram e sentam-se em círculo para o início das atividades. O encontro é aberto com um momento de mística, no qual é proposta alguma reflexão em torno de temas como desigualdade, partilha e solidariedade. Os participantes novos são apresentados, e há encaminhamentos práticos quanto às atividades do grupo, que são produção de artesanato e comercialização dos produtos. Durante os encontros, realizam-se as trocas dos produtos por moeda social; há um intervalo para o lanche coletivo e o encerramento, no qual sempre acontece uma avaliação dos encontros.

A partir dessa breve cartografia dos empreendimentos solidários e do Clube de Trocas Nova Semente, direcionamos nosso olhar na seção seguinte para alguns elementos dos discursos produzidos sobre a Economia Solidária e que, segundo nossa leitura, também a produzem.

Conforme demonstrado, a publicação do *Atlas Nacional de Economia Solidária* unificou alguns pontos que permitiram estabelecer bases comuns aos empreendimentos solidários. No entanto, os discursos acerca da Economia Solidária não são uníssonos; questões quanto ao caráter popular dos empreendimentos, por exemplo, suscitam intensos debates nas instâncias políticas do movimento e na produção acadêmica.

Entre as sistematizações disponíveis das experiências em Economia Solidária, destacamos a obra *Economia Solidária: questões teóricas e epistemológicas* (Hespanha e Santos, 2011), que reúne artigos de diversos pesquisadores dedicados à compreensão do fenômeno dos empreendimentos solidários em seus múltiplos aspectos. O artigo de autoria de Gabriela Cunha e Aline Mendonça Santos, por exemplo, aponta alguns desafios importantes no tocante aos acúmulos teóricos acerca do tema bem como algumas lacunas a serem superadas.

Segundo Cunha e Santos (2011), as discussões que cercam os empreendimentos e seu caráter econômico-social são sintetizadas con-

centrando as interpretações novamente entre dois polos: de um lado, as abordagens que tomam a Economia Solidária como expressão atual dos movimentos de base socialista segundo uma perspectiva transformadora; de outro, os mais cautelosos, que a abordam como uma alternativa ao modelo capitalista, coexistindo a ele, por encerrar em si contradições internas que não permitem suplantar o atual modelo.

De acordo com as autoras, a definição do caráter popular das iniciativas longe de uma obviedade se insere no amplo debate acerca do conjunto de respostas possíveis às conjunturas econômicas e suas crises. Segundo essa perspectiva, nem toda economia popular é economia solidária. Ainda que as experiências de economias populares compartilhem com os empreendimentos solidários de um princípio básico, seu surgimento como forma de resistência dos setores populares à crise estrutural do trabalho e ao recuo de políticas sociais divergem em questões fundantes como a auto-gestão, por exemplo.

O trabalho associativo autogestionário, como reconhecem diversos autores, não é a única opção dos setores populares para o enfrentamento do desemprego; fazem-se presentes também e de maneira acentuada ocupações na condição autônoma e individual e mesmo em unidades intrafamiliares. As características que demarcariam o caráter solidário dos empreendimentos poderiam ser expressas em duas dimensões: a econômica, que implica a distribuição equitativa das receitas, e a política, ancorada na gestão compartilhada da atividade econômica.

O esforço empreendido por diversos pesquisadores possibilitou questionar os paradigmas teóricos economicistas que insistem em reduzir o papel e relevância dos empreendimentos apenas a seus aspectos materiais. Esse movimento ancorado em referenciais clássicos como Marcel Mauss e Karl Polanyi abriu outras perspectivas à leitura dos empreendimentos solidários a partir de outras lógicas que não o lucro e o individualismo.

Contudo, mesmo esse avanço ainda deixa escapar elementos considerados de máxima importância segundo a episteme que pretendemos adotar. A dimensão solidária, que engloba a divisão equitativa das receitas, e a política, que envolve a gestão compartilhada da produção, propostas por Cunha e Santos (2011) para a análise das iniciativas solidárias, mantêm como centro a gestão dos recursos, ainda que para esse campo de pesquisa já se

constitua lugar comum a compreensão de que economia só pode ser apreendida a partir de suas imbricações com o social.

O caminho que pretendemos fazer não se detém sobre a economia, mas sobre os sujeitos e sociabilidades que emergem dessas iniciativas. As trajetórias analíticas traçadas até o momento, por sua acentuada preocupação com o potencial transformador ou reformador da economia solidária, têm deixado de analisar experiências importantes. Os impactos da pertença ao grupo na vida de algumas mulheres, por exemplo, foram pouco analisados até momento.

Nesse sentido, partimos de algumas contribuições de autores alinhados à produção feminista e pós-colonial, bem como de alguns apontamentos feitos por Boaventura de Souza Santos no intuito de problematizar os limites das abordagens dicotômicas feitas até então sobre Economia Solidária.

A modernidade invisibilizante

As tensões teórico-epistemológicas enfrentadas para a produção de conhecimento científico sobre a Economia Solidária estão inscritas em um conjunto mais amplo e desafiador de produção científica: a modernidade como paradigma científico e, ao mesmo tempo, civilizatório. Como léxico, episteme e práxis, a modernidade converteu-se em princípio fundante do real, do válido, do relevante.

Quando acionada do ponto de vista praxiológico a noção de modernidade aciona quase que automaticamente significados onipresentes e, por que não, onipotentes. Como apontou Felski (1995), certamente a modernidade como fenômeno histórico não emergiu de um único evento, mas foi constituída a partir de uma constelação de correntes filosóficas, culturais e institucionais. Contudo, seu poder retórico decorre do fato de que é, ao mesmo tempo, normativa e descritiva. Sobre a modernidade podemos nos posicionar “contra” ou a “favor”, de uma maneira que seria impensável em relação a outros períodos, como a Renascença, por exemplo. O moderno encerra em si uma gama de conteúdos que incluem o repúdio ao passado e um compromisso com valores futuros.

Como léxico e episteme informados pela práxis, o moderno delimitou de forma definitiva os conteúdos do real e do racional. Ao articular as noções de liberdade, igualdade e fraternidade, a partir da Revolução Francesa, por exemplo, a modernidade cunhou como

autoridade absoluta a razão humana, o que implicava, desde o início, um projeto de dominação dos considerados desprovidos dessa racionalidade, em especial o feminino.

De acordo com Boaventura de Sousa Santos (2007), o modelo de ciência moderno, fortemente informado pelos conteúdos da modernidade, constituiu-se como paradigma hegemônico na medida em que impossibilitou o acesso ao reconhecimento de outras formas de produção do saber e do viver. A vigilância ostensiva sobre a delimitação entre a racionalidade científica e o chamado senso comum coloca em suspeição de forma sistemática o vivido, o imediato, o que não se coaduna com o modelo considerado válido. O subjetivo, o não quantificável é remetido à esfera do não científico, do irrelevante. Ao procurar objetivar o *como funciona* em detrimento dos agentes ou da finalidade das experiências, as leis da ciência moderna deixam de fora de seu cânone práticas como as do Clube de Trocas ao reduzir seu papel a uma suposta relevância econômica.

Os fenômenos sociais, ainda segundo Boaventura, são de natureza subjetiva; ações e subjetividades são, ao mesmo tempo, produtos e produtoras de processos sociais, impossibilitando que sejam apreendidos pelo modelo mecanicista de ciência que insiste em reduzir os fatos sociais a suas dimensões externas, observáveis e quantificáveis. Nesse sentido, a constituição do cânone “foi, em parte, um processo de marginalização, supressão e subversão de epistemologias, tradições culturais e opções sociais e políticas alternativas” (Santos, 2007, p. 18).

Um modelo emergente de ciência teria o propósito de superar os binarismos e lançar um olhar mais generoso à experiência; o sujeito que emergiria junto desse novo modelo de ciência viria imbuído da tarefa de erguer sobre si uma nova ordem científica, concepção humanística que colocaria a pessoa, enquanto autor e sujeito do mundo, no centro do conhecimento, que, produzido localmente e a partir de um esforço de tradução, conquistaria livre trânsito para circular, emigrar para outros lugares cognitivos.

É nesse sentido que abordamos as experiências dos Clubes de Trocas, na intenção de fazer falar o silêncio. Boaventura Santos propõe uma sociologia das ausências, de modo que as lacunas impostas pelo conhecimento-regulação, inscrito na matriz da modernidade eurocêntrica, possam ser descolonizadas e permitam a emergência de discursos negados ou invisibilizados.

Após algumas incursões empíricas, depa-

ramo-nos com uma complexa teia de relações, cuja análise respondeu algumas questões e suscitou tantas outras. O primeiro movimento de aproximação junto aos Clubes de Troca estava fortemente orientado por referenciais sociológicos clássicos, modernos, a partir dos quais perguntávamos sobre o potencial econômico dos empreendimentos, o quanto seriam eficazes na geração de renda e consequente superação da pobreza.

A pergunta central girava em torno das sobras geradas (na economia solidária não se fala em lucro, mas em sobras), um exercício analítico comparativo entre mercado e suas orientações neoliberais e Economia Solidária. Note-se que, mesmo nesse primeiro momento, não nos perguntávamos sobre Economia Solidária e capitalismo. De fato, o que salta aos olhos é que esse tipo de aproximação é, no mínimo, um equívoco metodológico, por comparar fenômenos de naturezas diversas. Não é possível a qualquer empreendimento solidário constituir-se ao largo do mercado ou das práticas capitalistas; os grupos conseguem com grande esforço ressignificar alguns elementos, como o dinheiro, substituído por moeda social, e os parâmetros de troca, orientados pela necessidade mais que por vantagens pessoais.

Dessa forma, as leituras estritamente economicistas implicariam o que Boaventura de Sousa Santos chamou de *desperdício da experiência* (2007), no exercício de uma ciência indolente constatando que, uma vez que as práticas dos empreendimentos não cabem nos referenciais teóricos clássicos, deveriam ser descartadas porque classificadas como irrelevantes.

Esse tipo de abordagem reforça o que o autor chamou de paradigma dominante de ciência, segundo o qual as leituras possíveis do real se localizam invariavelmente entre polos antagônicos: natureza/cultura, natural/artificial, observador/observado (Santos, 2010, p. 64), ou, adaptando à Economia Solidária, capitalismo/socialismo, burguesia/proletariado.

Assim como Boaventura, as teóricas feministas há tempos têm proposto novas abordagens que superem análises e leituras dicotomizantes. A velha fórmula dominador/dominado contribui pouco para desatar os nós teóricos e práticos da atualidade. Mesmo o conceito de patriarcado, de grande importância nos primórdios do movimento feminista, auxilia pouco na compreensão de relações que precisam ser apreendidas a partir de múltiplas imbricações tensionadas pela noção de classe, etnicidade, gênero, etc.

O paradigma científico defendido por Bo-

aventura Santos aproxima-se dessa preocupação dos movimentos feministas, trazendo à discussão um elemento fundante para a prática científica e negado pela posição hegemônica ou positivista: a neutralidade da ciência. Não é possível fazer ciência neutra; o conhecimento científico é socialmente construído de forma que sua objetividade não implica sua neutralidade. Desse modo, classificar como (i) relevante um objeto por seu caráter subjetivo já indica que tipo de ciência se está fazendo e a favor de que lógica.

Não obstante as práticas solidárias de produção e geração de renda remontem aos primórdios da humanidade e tenhamos registros de diversas experiências concomitantes ao início do capitalismo, há poucos registros e análises disponíveis. A ausência de informações se torna mais intensa quando procuramos por experiências femininas de práticas solidárias. A sedimentação do silenciamento remonta à própria história da humanidade. Michelle Perrot chama atenção para a quase inexistência de fontes históricas sobre mulheres e de mulheres:

No teatro da memória, as mulheres são uma leve sombra. [...] Esta ausência no nível da narrativa é acompanhada por uma carência de traços no domínio das "fontes" nas quais o historiador se alimenta, devido ao déficit de registro primário. No século 19, por exemplo, os escrivães da história – administradores, policiais, juizes ou padres, contadores da ordem pública – tomam nota de muito pouco do que tem o traço das mulheres, categoria indistinta destinada ao silêncio. Se o fazem, quando observam a presença feminina em uma manifestação ou reunião, recorrem aos estereótipos mais conhecidos: mulheres vociferantes, megeras a partir do momento que abrem a boca, histéricas, assim que começam a gesticular (Perrot, 2005, p. 33).

Na condição de objeto, à mulher cabe a assistência passiva da história construída pelos homens, ou seja, além de estarem excluídas das instâncias de poder formal ou informal, o lugar ocupado pelas mulheres foi gradativamente invisibilizado.

O paradigma civilizatório moderno, não apenas em seus aspectos científicos, estabeleceu um princípio único de transformação, universal, total e, segundo Rita Felski, masculino. O modelo de sociedade capitalista e mesmo as experiências de socialismo real não foram capazes de suprimir assimetrias convertidas em desigualdades; ao contrário, sua lógica tratou de erigir abismos e dissimulá-los. A multiplici-

dade das faces da dominação não se restringe à economia, exigindo, portanto, múltiplas resistências e agentes.

Nessa direção, Felski procura desvelar o gênero da modernidade. Na obra *The Gender of Modernity* (1995), chama atenção para a importância simbólica do lugar atribuído às mulheres nas representações literárias sobre o feminino e o masculino. Ora como catalisadora dos perigos, ora como signo das promessas da modernidade, a mulher foi retratada frequentemente como um "outro" reprimido e não racional. O sujeito da história é sempre masculino, referencial que informou não apenas a literatura, mas também um vasto campo de produção sociológica, como a tradição dos estudos marxistas, por exemplo.

Perrot, ao tratar, por exemplo, das cartas trocadas entre as filhas de Karl Marx, ao mesmo tempo em que reconhece certa "sorte" destas em relação a outras mulheres do universo vitoriano, observa que, impossibilitadas de ser burguesas, substituíam a leitura de folhetins por escritos de Hegel, mas nunca puderam assumir outros papéis que não os de boas esposas e colaboradoras, única promoção consentida por seus esposos de esquerda.

Esse estado de tutela que perpassa a modernidade torna seu enfretamento mais complexo. Se antes a figura de autoridade tinha um rosto masculino, o rosto de Deus, com o advento do Iluminismo a face da opressão dissimula-se em práticas discursivas que acionam a fraternidade, igualdade e liberdade como princípios sem, contudo efetivar esses princípios. Não se trata do pai controlador, mas de um irmão que, sob o discurso da igualdade, mantém encobertos o desejo e a agência do Outro.

Desta forma, seria necessária uma espécie de arqueologia da história, da cultura, da literatura a fim de perscrutar as fendas nas quais foram despejadas as experiências femininas e toda a bagagem considerada trivial ou regressiva, os sentimentos, as expressões da subjetividade, etc., argumento igualmente utilizado por Boaventura ao apresentar os objetivos de sua obra:

Escavar o lixo cultural produzido pelo cânone da modernidade ocidental para descobrir as tradições e alternativas que dele foram expulsas; escavar no colonialismo e o neocolonialismo para descobrir nos escombros das relações dominantes entre a cultura ocidental e outras culturas outras possíveis relações mais recíprocas e igualitárias. Esta escavação não é feita por interesse arqueológico. O meu interesse é identificar nesses resi-

duos e nessas ruínas fragmentos epistemológicos, culturais, sociais e políticos que nos ajudem a reinventar a emancipação social (Santos, 2007, p. 18).

Além das dificuldades no acesso às histórias de mulheres, outros problemas de cunho teórico metodológico se impõem. Rita Felski expõe as tensões inerentes ao conceito de moderno e o modo como os movimentos feministas se constroem, ora criticando-o, ora sendo informados por ele. Resgatar os escritos de mulheres se justificaria não porque estes necessariamente revelem uma verdade absoluta ou universalizante, de certa forma o enredamento com os modelos modernos considerados corretos, verdadeiros é inevitável, mas ainda que se fazer ouvir exija a apropriação dos signos estabelecidos pelo *mainstream*, é um esforço necessário à qualquer movimento emancipatório seja ele político ou teórico.

A visibilização da/na fronteira

As acepções acerca da modernidade, como demonstrado anteriormente, informam não apenas o modelo hegemônico de ciência, mas encerram um paradigma civilizatório. Da mesma forma, o modelo sobre o qual se inscreve a atual e “moderna” democracia deliberativa define de maneira explícita e, ao mesmo tempo, velada os padrões de racionalidade e o léxico necessário para acionar esses mesmos padrões. Mecanismos de exclusão constantemente reiterados utilizam a inadequação de discursos, por exemplo, para invalidar as falas dissonantes em relação aos *status quo*. A fala do subalterno permanece uma fala subalterna.

Essa experiência foi fortemente vivenciada no âmbito do Clube de Trocas Nova Semente. Ao longo dos períodos de observações e tomando as entrevistas em seu conjunto, a preocupação com o “saber falar” foi recorrente. Quando perguntadas sobre o que mudou em suas vidas depois da entrada no grupo, a grande maioria das mulheres relatou que “aprenderam a falar”. A fala no espaço doméstico sequer foi considerada como um saber válido; os relatos de interditos impostos pelos maridos, patrões e mesmo filhos reduziavam essas vozes a sussurros. O grupo, no entanto, constituiu-se como espaço no qual o saber e a experiência vividos poderiam ser traduzidos em fala legítima correspondida com escuta atenta.

O *status* atribuído à fala, ao saber falar, ao

falar de maneira considerada correta, temas recorrentes nas entrevistas, poderia ser aproximado do que Silva (2008) chamou de sociabilidade dos confinados, ou seja, formas específicas de relações sociais nas quais há coação explícita ou simbólica por parte de grupos que exercem o poder por meio da violência. Silva refere-se especificamente às comunidades periféricas no Rio de Janeiro vivendo sob uma espécie de confinamento territorial e submetidas aos padrões de sociabilidades impostos pelos agentes da criminalidade. No contexto de nossas entrevistadas, esse tipo de sociabilidade se mostrou de maneira mais enfática em três situações: duas envolvendo violência doméstica e uma terceira a respeito de uma série de homicídios contra mulheres no município.

Nos casos de violência doméstica, os relatos se assemelhavam: o marido como provedor da casa proibia qualquer atividade fora de casa, incluindo o trabalho; quando houve “desobediência”, reagiu com violência. O ciclo de violência era mantido porque as vítimas eram proibidas de relatar o ocorrido mesmo para os familiares, e, por não participarem de atividades comunitárias, não contavam com uma rede de apoio. Uma das vítimas, mais velha, acabou sendo abandonada pelo marido, ao que revelou alívio, e outra mais jovem conseguiu burlar o controle doméstico e participar de alguns encontros promovidos na Associação de Moradores sobre a Lei Maria da Penha. Sobre essa experiência, uma delas relata:

As mulheres aqui a gente fez um mês de curso sobre a Maria da Penha, depois do curso teve uma mulher que denunciou, já deu resultado, não deu cem por cento, mas já deu. Uma mulher vai falando com a outra, ninguém se prevalece mais, é um jeito de uma cuidar da outra, não vai enfrentar homem, é tudo pela lei, ninguém o obrigado a viver com ninguém... a menina fez o curso e o marido se emendou (Maria).

O silêncio como estratégia de sobrevivência se impôs mais fortemente ainda em relação aos homicídios contra mulheres no município. Segundo a imprensa local (Rizzo, 2011), apenas entre 1994 e 2002 foram registrados 35 mortes de mulheres, todas jovens e com sinais de violência sexual. As mortes prosseguiram assim como o silenciamento que nesse caso se deu por diversas vias. A mídia, por exemplo, ao noticiar as mortes, sempre associava as vítimas à prostituição e ao tráfico de drogas, informação contestada por algumas das participantes do grupo que conheciam algumas

delas. Segundo Michelle Perrot: “A dificuldade da história das mulheres deve-se inicialmente ao apagamento de seus traços, tanto públicos quanto privados” (Perrot, 2005, p. 29). A leitura e a escrita feminina como saberes proibidos restringiam-se à escrita de diários e cartas que devem ao fim da vida ser eliminados como que para apagar “as marcas tênues de seus passos no mundo, como se sua aparição fosse uma ofensa à ordem” (Perrot, 2005, p. 37).

O medo de se pronunciar, especificamente o medo de serem mortas, imobilizou não apenas as mulheres, mas toda a comunidade. Contudo, a partir do Clube de Trocas, foi organizada uma manifestação exigindo a apuração das mortes; e, quando perguntadas sobre essa mobilização, uma delas disse: “Se a gente ficar queta [sic] eles não vão parar [...] tem hora que dá pra falar, tem hora que não” (Idair).

Nesse sentido, ao criar um espaço de fala e da escuta autorizada, o Clube de Troca se constituiu como um espaço no qual está sendo forjada outra sociabilidade, não mais das confinadas, mas de retomada de trajetórias individuais e coletivas. Espaço no qual o falar, ainda que pareça errado, não sofre censura; no círculo, todos estão na mesma posição, sem mando ou obediência. A fala e a escuta se constituem como base efetiva da solidariedade dentro e fora do grupo.

A fala como manifestação de empoderamento foi investigada também por Miguel (2010) no tocante à participação das mulheres nas esferas políticas levantando questões importantes quanto ao efetivo exercício do poder. Para o autor, é inegável a importância do sufrágio feminino, porém cabe reconhecer sua insuficiência na eliminação das assimetrias. Segundo Miguel, o campo político estaria estruturado de modo a reproduzir em suas arenas de poder as mesmas desigualdades encontradas em outros espaços. Desta forma, não obstante as políticas de cota garantirem a representatividade feminina as mulheres permanecem relegadas à subalternidade.

Nesse sentido e voltando o olhar para a experiência das mulheres na Economia Solidária, onde antes nos perguntávamos sobre os aspectos de sustentabilidade econômica dos Clubes de Troca, perguntamo-nos sobre os caminhos pelos quais passa a construção de cidadania, o quanto se pode produzir de cidadania a partir de um lugar onde não se é sujeito.

Para Miguel (2010), não há possibilidades utópicas; a racionalidade moderna, ao informar de forma ostensiva o léxico válido para as

disputas de poder nas instâncias deliberativas, impõe às mulheres a adoção de práticas consideradas masculinas ou a conformidade com temas tidos como de segunda ordem, como a assistência social. No entanto, ressalta o autor, é preciso assegurar a presença feminina e de outras vozes subalternizadas no sentido de tencionar e ampliar os limites do campo.

Boaventura de Sousa Santos, por sua vez, procura tratar de espaços que chama de espaços de fronteira (2007, p. 347), como produtores de um tipo especial de sociabilidade e subjetividade. Essa nova sociabilidade, em emergência com o novo paradigma de ciência, teria como base princípios como o uso seletivo e instrumental de tradições, invenção de novas formas de sociabilidade, hierarquias fracas e outras práticas de distribuição e exercício do poder.

Para o autor, viver na fronteira exige o constante reinventar, converter o mundo em uma questão pessoal, retomar trajetórias interrompidas pelo fracionamento moderno do tempo e das identidades. A sociabilidade da fronteira é, ao mesmo tempo, a fronteira da sociabilidade; todos os que ali estão encontram-se na condição de refugiados em algum nível em busca de asilo. No caso das mulheres em questão, a busca é pela possibilidade de reinventarem a si próprias, de poderem se pronunciar, reconhecer sua fala e seu saber como legítimos, válidos, corretos.

Enquanto na sociabilidade dos confinados o silêncio é uma estratégia de sobrevivência, na sociabilidade da fronteira a fala é o passaporte para uma existência novamente dotada de sentido:

Eu gosto de ficar aqui, ajudei a levantar a Associação. Minha irmã veio, me convidou, eu fui. A primeira vez que eu vim eu não entendi nada, mas depois olha! A gente faz tanta amizade, é uma coisa tão boa, isso é coisa pra pessoa que precisa mesmo, igual eu, eu passei por tanta coisa e... não sei, a gente busca tanta coisa, muda até a mente da gente, é muito bom, a gente aprende tanta coisa, eu mesma não sabia nem falar e você vê agora, eu já fiz cada mística! (Maria) (in Machado, 2012, p. 106).

Da mesma forma, enquanto na sociabilidade dos confinados o enfraquecimento dos laços de solidariedade, proteção e pertencimento são estrategicamente enfraquecidos, na sociabilidade de fronteira a comunidade, privação abissal no paradigma moderno, é força impulsionadora do desejo de aproveitar cada

fragmento de comunidade possível:

Eu comecei a viajar com o Troca, gostei... só que antes eu trabalhava, nem vinha aqui. Aí minha filha teve a menina, eu fiquei cuidando, daí eu comecei a vim. Eu sou sozinha também, o marido foi embora, mas ele era um peso mesmo, era muito sofrimento [...] me sinto melhor, porque ficou muito bom agora, tem tempo pra vir aqui, pra mim saiu aquele peso, sabe? É bom, vem pra padaria, distrai a cabeça. Se eu ficar muito dentro de casa eu... eu pra mim tenho que tá conversando... (Neuzinha) (in Machado, 2012, p. 91).

A partir da sociabilidade de fronteira o que caracterizaria a subjetividade de fronteira é a possibilidade de combinar autoria com participação comunitária. A partir desse ponto pretendemos desenvolver pesquisas mais aprofundadas a respeito dos caminhos percorridos pelas mulheres da Economia Solidária na reinvenção de suas trajetórias.

Considerações finais

Os caminhos apontados aqui constituem um mosaico que aponta, sobretudo, as direções a serem evitadas. Como bem lembrou Boaventura Santos, vivemos um momento de transição paradigmática; o velho modelo ainda rege o fazer científico e social, mas o novo já impõe suas questões e tensões. Desta forma, vislumbramos as possibilidades analíticas da experiência de mulheres na Economia Solidária atraindo a reflexão para os limites do campo argumentativo, onde nenhum dos paradigmas (dominante ou emergente) tomados isoladamente seja capaz de esgotar a análise ou mesmo a experiência.

Nesse sentido, entendemos que a perspectiva feminista pós-colonial teria contribuições importantes a dar, uma vez que tem como princípio a superação das dicotomias e binarismos que forçam uma simplificação do campo a fim de que caiba na teoria.

As experiências vividas no âmbito dos Clubes de Troca são múltiplas e, ao mesmo tempo, singulares, o que nos desafia ainda mais ao acionar categorias como a de mulher. Caberia falar de mulheres na Economia Solidária? Perguntamo-nos sobre o que há de particular na experiência de cada uma e, ao mesmo tempo, questionamos opressões vividas de maneira similar entre elas que nos autorizariam a tomá-las como *as mulheres da Economia Solidária*.

Temos ciência dos limites dos Clubes de Troca, da Economia Solidária e principalmente das leituras produzidas sobre essas experiências; no entanto, não pretendemos apagar suas contradições internas. Novamente recorrendo a Santos (2007), aproximamos essas experiências à noção de navegação de cabotagem utilizada pelo autor. Ziguezagueando entre o paradigma dominante e o emergente, a Economia Solidária se consolida gradativamente como uma experiência capaz de reinventar sociabilidades e subjetividades, indicando assim algumas pistas para um paradigma societal emancipatório.

Referências

- ANTEAG. 2009. *Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005-2007*. São Paulo, Todos os Bichos, 64 p.
- CARNEIRO, G.; BEZ, A. 2011. *Clubes de troca: rompendo o silêncio, construindo outra história*. Curitiba, Editora Popular, 160 p.
- CENTRO DE FORMAÇÃO URBANO RURAL IRMÃ ARAÚJO (CEFURIA). 2013. Clube de Trocas. 2013. Disponível em: <http://www.cefuria.org.br/>. Acesso em: 03/07/2013.
- CUNHA, G.; SANTOS, A.M. dos. 2011. Economia solidária e pesquisa em ciências sociais: desafios epistemológicos e metodológicos. In: P. HESPANHA; A.M. dos SANTOS (orgs.), *Economia Solidária: questões teóricas e epistemológicas*. Coimbra, Almedina.
- FELSKI, R. 1995. *The Gender of de Modernity*. Cambridge/London, Harvard University Press, 247 p.
- HESPANHA, P.; SANTOS, A.M. dos (orgs.). 2011. *Economia Solidária: questões teóricas e epistemológicas*. Coimbra, Almedina, 260 p.
- MACHADO, M.I. 2012. "Aí a gente vai sendo solidária e as pessoas vai revivendo": o Clube de Troca e a construção da sociabilidade. Curitiba, PR. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, 127 p.
- MACHADO, M.I. 2009. *Economia Solidária e Emancipações: proximidades e distanciamentos*. Curitiba, PR. Monografia de Graduação. Universidade Federal do Paraná, 54 p.
- MIGUEL, L.F.M. 2010. Perspectivas sociais e dominação simbólica: a presença política das mulheres entre Iris Marion Young e Pierre Bourdieu. *Rev. Sociologia e Política*, 18(36):25-49. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782010000200004>
- PERROT, M. 2005. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, EDUSC, 520 p.
- RIZZO, A. 2011. A firma que assassinava. Disponível em: http://www.feminismo.org.br/livre/index.php?option=com_content&view=article&id=4136:a-qfirmaque-assassinava-mulheres-em-almirante-tamandare-no-parana&catid=126:violencia-&Itemid=533. Acesso em: 23/11/2011.

SANTOS, B. de S. 2007. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo, Cortez, 415 p.

SANTOS, B. de S. 2010. *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo, Cortez, 92 p.

SILVA, L.A.M. (org.). 2008. *Vida sob cerco: violência e*

rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 316 p.

Submetido: 26/12/2013

Aceito: 30/03/2014